

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU
“PALÁCIO ABEL IZAÍAS”
CNPJ 09.116.096/0001-22

Ata da décima oitava sessão ordinária do primeiro período, do segundo ano legislativo da décima nona legislatura (2021 a 2024) da Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN, em 24 de maio de 2022.

Ao vigésimo quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às 10 horas, reuniu-se Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN, em sua sede, localizada à Rua 07 de setembro, 20 Centro, São José de Mipibu/RN, em sua décima oitava sessão ordinária, do primeiro período do segundo ano legislativo, da Décima Nona Legislatura (2021 a 2024) da Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN. A sessão foi presidida pela Presidente desta Casa Legislativa, Vereadora Carla Simone Gomes de Lima, ladeada pelo Primeiro Secretário, Vereador Crisóstomo José Barbosa e, pelo Segundo Secretário, Vereador José Marcos do Nascimento, tendo convidado a todos os vereadores a tomarem assento. Com a presença dos vereadores, sob a proteção de Deus e em nome do povo, a Presidente deu início aos trabalhos legislativos. A leitura da Bíblia foi feita pela vereadora Kélia Peixoto Serafim (Salmo 23). A Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura dos nomes dos vereadores presentes, tendo comparecido à sessão os seguintes vereadores: Carla Simone Gomes de Lima, Crisóstomo José Barbosa, Daniel Ferreira Caldas, Janete Rodrigues de Paiva Campos, José Marcos do Nascimento, Jean Póggio Nerini, José Lúcio Gomes de Oliveira, Kériclis Alves Ribeiro Junior, Kélia Peixoto Serafim, Luiz Manuel da Costa, Maria Ducineide Rodrigues da Silva, Silvânia Gomes da Silva e Verônica Senra da Silva. Não houve vereador ausente. Em seguida, a Presidente, anunciando o início do expediente, solicitou ao Segundo Secretário que procedesse a leitura da ata da última sessão que, posta em discussão e votação, foi aprovada, por unanimidade, com retificações. Em seguida, a Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura das correspondências recebidas: **CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Ofício nº 0065/2022-SMTT solicitando a participação dos vereadores nos dias alusivos ao “Maio Amarelo”; Ofício nº 052/2022-GP/SJM solicitando regime de urgência urgentíssima ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2022; Ofício nº 054/2022-GP/SJM encaminhando o Projeto de Lei nº 019/2022; Justificativa ao Projeto de Lei nº 016/2022-GP/PMSJM que “Altera o art. 63 da Lei nº 1.074/2014 e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo Municipal. **MATÉRIAS RECEBIDAS:** Projeto de Lei nº 019/2022 que “Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração e Execução da Lei Orçamentária para o Exercício de 2023 e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo Municipal; Projeto de Lei nº 018/2022 que “Denomina rua projetada localizada no Distrito Manimbú, neste município.”, de autoria do Vereador José Lúcio Gomes de Oliveira; Requerimento nº 110/2022 que “Solicito com urgência uma equipe de manutenção para a instalação de braços de lâmpadas na entrada da comunidade do Ribeiro, até a Vivara.”, de autoria da vereadora Maria Ducineide Rodrigues da Silva; Requerimento nº 111/2022 que “Solicito o retorno das comemorações festivas, do dia de evangelismo, que devido a pandemia, não ocorreu nos últimos anos. Em conformidade com a lei nº 1011/13 de 20 de março de 20123.”, de autoria da vereadora Maria Ducineide Rodrigues da Silva; Requerimento nº 112/2022 que “Solicito ao DNIT a construção de uma passarela na BR 10 próximo a empresa Riograndense.”, de autoria da vereadora Kélia Peixoto Serafim; Requerimento nº 113/2022 que “Solicito a construção de um centro de esportes radicais para a prática de BMX/Bicicross, Skate e etc., neste município.”, de autoria do vereador Daniel Ferreira Caldas; Requerimento nº 114/2022 que “Solicito a limpeza da praça e área de lazer e melhorias no campo”.

de areia tais como: troca de traves e redes, reforma do muro, instalação de luminárias com luz, ambas as solicitações no Conjunto Dois Amigos.”, de autoria do vereador Daniel Ferreira Caldas; Requerimento nº 115/2022 que “Solicito o termino do calçamento da Rua São João em Areia Branca.”, de autoria do vereador Daniel Ferreira Caldas; Requerimento nº 116/2022 que “Solicita viabilizar junto a CEHAB (Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano) a inclusão do município de São José de Mipibu no Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do RN.”, de autoria da vereadora Verônica Senra da Silva; Requerimento nº 117/2022 que “Solicito trocas de lâmpadas na quadra de esporte da comunidade do Bairro Novo neste Município.”, de autoria da vereadora Carla Simone Gomes de Lima; Indicação nº 076/2022 que “Solicito a reforma da quadra de esporte com instalação de telas de proteção na comunidade do Pau Brasil/Rocinha, neste município.”, de autoria da vereadora Silvânia Gomes da Silva; Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação e Cidadania ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2022; Parecer da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2022, acompanhado da Estimativa de Impacto Orçamentário/Financeiro; Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação e Cidadania ao Projeto de Lei nº 013/2022; Parecer da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle ao Projeto de Lei nº 013/2022, acompanhado da Estimativa de Impacto Orçamentário/Financeiro; Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação e Cidadania ao Projeto de Lei nº 016/2022; Parecer da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle ao Projeto de Lei nº 016/2022, acompanhado da Estimativa de Impacto Orçamentário/Financeiro. VEREADORES INSCRITOS. A vereadora Kélia saudou a todos os presentes e iniciou sua fala pedindo uma moção de pesar verbal para dona Vera, que havia falecido neste dia. Em seguida, questionou sobre como estão os índices de dengue no município de São José de Mipibu e lembrou que esta é uma doença tão perigosa quanto a covid. Relatou que foi até a Secretaria de Saúde Pública do Estado (SESAP) e soube que o Governo estava com déficit de carros fumacê, fato que preocupa, pois a distribuição dos carros acontece de acordo com os índices, e, devido a este fato, disse que estava fazendo um requerimento solicitando ao governo do Estado e a secretaria de saúde que esses carros venham ao município e façam um controle da proliferação dos mosquitos *Aedes aegypti*. A vereadora Verônica pediu um aparte e disse que os índices de dengue em cada município são feitos a partir da entrada de pessoas nos postos de saúde e hospitais, mas que hoje as pessoas estão tão acostumadas a terem dengue, que, quando isso ocorre, elas já não vão mais ao médico procurar fazer uma sorologia e, dessa forma, esses casos não entram nas estatísticas do município, ficando uma falsa sensação de que os índices estão baixos, o que obviamente não condiz com a realidade. O município, assim como o Estado, está vivendo uma epidemia de dengue. Destacou a responsabilidade da população no cuidado, na prevenção, assim como em, quando apresentar sintomas, ter a consciência de se dirigir a uma unidade de saúde para fazer o teste diagnóstico. Que o Laboratório Central do Estado (LACEN), a partir da última segunda-feira, dia 23 de maio, informou que as amostras encaminhadas para as arboviroses não serão mais recebidas, pois estão com falta de insumos e não existe uma previsão para a volta de fornecimento dos mesmos. Ou seja, não adianta a população querer fazer a sorologia, quando acometida da doença, pois até o laboratório responsável por essa análise e resultado não está recebendo material. O Estado está falhando em fazer a parte dele. A vereadora Kélia retomou a fala e concordou com a fala da vereadora Verônica sobre as pessoas que geralmente não procuram as unidades de saúde quando acometidas de dengue, e, que por isso, é quase impossível o governo do Estado ser culpado por não enviar carros fumacê, já que sem índice, sem estatística, não dá para adivinhar que o município de São José de Mipibu está contando com tantos casos de dengue. Os municípios que estão tendo acompanhamento adequado ou que as pessoas procuram as unidades de saúde e os índices se mostram elevados, estão sim, contando com o trabalho dos carros fumacê fornecidos pelo governo estadual, mas que realmente não é possível que a secretaria de saúde tenha

conhecimento da realidade se ela não é mostrada através de tais índices. A vereadora Verônica pediu um aparte e destacou que como o Estado já não está fazendo a parte dele com os índices se apresentando da forma que estão, imagine se todas as pessoas fossem às unidades de saúde. O grau de epidemia seria inimaginável. Nós já fomos notícia nacional pelo número de casos de dengue, estamos com poucos carros fumacê funcionando nas ruas, fato que não é de hoje, e o laboratório central sem a capacidade de atender a população. Ou seja, se grande parte da população não está procurando as unidades de saúde, não estão entrando nas estatísticas e a situação já está assim, um verdadeiro caos, imagine se isso começasse a ocorrer. A vereadora Kélia retomou a fala e explicou que o colapso que o governo do Estado se refere quanto a epidemia de dengue é em relação a grande Natal e não especificamente a cidade de São José de Mipibu. Os índices de dengue neste município estão, sim, altos, mas isso não é mostrado na procura das pessoas às unidades de saúde, e sim no conhecimento da população sobre o que está acontecendo. As normas e diretrizes da quantidade real de pessoas infectadas não estão chegando aos órgãos necessários e, por isso, os carros fumacê não chegam até São José. Logo, se a vigilância sanitária não tiver índices reais sobre nossa cidade, ficaremos na mesma, independente de pedidos feitos por vereadores ou prefeitos, há uma linha lógica a ser seguida, a de demanda mostrada pelos tais índices. O vereador Daniel pediu um aparte e destacou que a culpa da questão da dengue também é do poder municipal, pois a cidade está há muitos anos sem agentes de saúde, e, claro, as pessoas tem o dever de prevenir a proliferação do mosquito em suas casas, mas em relação aos terrenos baldios, as áreas de mata, as escolas fechadas e abandonadas, tudo isso é de responsabilidade do poder público municipal e não somente do poder público Estadual, como estava sendo dito. Então, se vai ser cobrado, que seja de ambos. A vereadora Verônica pediu um aparte e falou que gostaria de deixar claro que os insumos do carro fumacê não podem ser comprados pelo município, devem ser fornecidos pelo governo do Estado. A vereadora Kélia retomou a fala e observou que no ano passado o município não estava interessado na dengue, se quer em fazer os exames que poderiam tirar possíveis dúvidas no diagnóstico. Por fim, reiterou que vai solicitar o carro fumacê à secretaria de saúde do Estado e que estamos aqui, não para apontar os erros simplesmente, mas para procurar soluções para a população. O governo municipal não pode deixar de fazer sua parte porque o Estado está faltando com a dele, tem que correr atrás dos insumos adequados, seja por meio de um deputado federal, de um deputado estadual, para que esses representantes falem pelo povo, porém o carro fumacê só é liberado se o município tiver a estatística que demonstre a real necessidade. A vereadora Kélia ainda disse que o outro assunto que gostaria de tratar era sobre a passarela na altura da empresa Riograndense, que ela mesma solicitou ao Departamento de Estradas e Rodagem (DER), pois a demanda de pedestres no local, circulando de um lado para outro, é muito grande e é uma travessia perigosa, assim como se faz necessária uma passarela no retorno de Nísia Floresta, que, apesar de já haver uma ali próxima, se essa fosse construída mais perto do retorno, seria uma assistência ainda maior a marginal da BR-101. A vereadora, por fim, falou do Projeto de Lei 013, sobre a diminuição do impacto financeiro a médio e longo prazo, mas que essa economia só foi vista agora, véspera de campanha e que se esse estudo tivesse sido feito no ano passado e implementado logo no início deste ano, a economia seria maior ainda. A conveniência dessa implementação feita agora é notória e encerrou suas palavras. A vereadora Verônica iniciou sua fala e explicou sobre uma lei aprovada que autorizava a prefeitura a fazer contratações temporárias e seu vigor acabou somente no mês passado e, por isso, não foi feito antes. Além disso, estava proibida pelo governo federal qualquer mudança na folha de pagamento e, agora, quando foram levantadas as necessidades do município, viu que se necessita de menos do que tem. Ela também ressaltou que estamos vivendo uma eleição estadual e não municipal, e por isso, não cabe aqui essa desconfiança. Destacou que queria parabenizar a aluna Maria Alice da Silva, do CAIC, que, apesar do nosso Estado configurar como segundo lugar em taxa de abandono escolar, temos diferenciais no município e Maria Alice é uma delas, pois foi premiada no Concurso Jovem Senador 2022, ficando entre as três melhores redações escolhidas na etapa

regional do Rio Grande do Norte. O CAIC, apesar de todas as condições adversas, possui profissionais maravilhosos na educação que incentivam seus alunos mesmo dentro de uma pandemia e podemos presenciar alunos diferenciais como Maria Alice da Silva. Em seguida, falando sobre os requerimentos, referiu-se à moção de congratulações ao maestro João Evangelista de Souza, que domingo, dia 22, completou 84 anos de vida e teve sua trajetória lembrada pela vereadora, que, por fim, ainda o convidou a vir a esta Casa na sessão da próxima semana para receber, pessoalmente, a moção de congratulações. Falou ainda sobre a moção de congratulações pelos 25 anos de fundação do Lions Clube na cidade de São José de Mipibu, onde todos os que participam ou já participaram do clube foram homenageados por seus feitos e um representante foi convidado a esta Casa para receber, na próxima semana, a moção pessoalmente. Falou sobre a inclusão do município de São José no projeto de regularização fundiária urbana de interesse social e que fez um requerimento, à secretaria de assistência social, para viabilizar esse projeto, visto que a COHAB, o conjunto Canaã, dentre outros conjuntos habitacionais, foram construídos com recursos do Estado e as pessoas que ainda não possuem o registro legal de suas casas e que através desse programa podem fazer isso. O vereador Daniel pediu um aparte e comentou que o Maestro João Evangelista de Souza formou muitos artistas e que, mesmo antes da pandemia, estes não estavam tendo espaço nos eventos da cidade para fazerem suas apresentações. Também parabenizou a aluna Maria Alice pelo desempenho, comentou sobre a situação deplorável do CAIC e sobre as promessas feitas em gestões anteriores a respeito de reformas que nunca vieram a ocorrer. Destacou que a Governadora queria trazer o IERN para São José de Mipibu, mas ocorreu um entrave na prefeitura na compra do terreno, que seria nas margens da BR101, um lugar estratégico para receber alunos deste e de outros municípios. Segundo o vereador, quando finalmente essa construção do IERN ocorrer, os alunos do CAIC poderão ser realocados temporariamente e ocorrer a reforma da sua estrutura. Na legislatura passada escolas foram fechadas sob o pretexto de uma nova está sendo construída e, se tiver quem pense nos alunos e não somente em campanha, haverá viabilidade para trazer o IERN a São José. A vereadora Verônica retomou a palavra e concordou com a importância de um IERN no município, mas disse que os alunos do CAIC nada tem a ver com o IERN, já que esta segunda é uma escola técnica, tem um outro perfil, e o CAIC tem uma quantidade expressiva de alunos e que se encontra abandonada já há muitos anos, inclusive o Ministério Público fez o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para que a reforma pudesse ser feita, mas até hoje nada foi feito e a Governadora, como professora, deveria ter segurado esta bandeira. Quanto às escolas que fecharam no município, foi um pacto feito com o conselho de educação e sindicato, devido ao fato que muitas dessas escolas tinham um número baixíssimo de alunos e, portanto, não se justificaria manter toda uma estrutura. Em compensação, novas escolas foram construídas em locais que precisavam, além de outras escolas que foram e estão sendo reformadas. A vereadora Kélia pediu um aparte. E disse que também gostaria de saber por qual motivo a prefeitura não cedeu o local para a construção do IERN, dizendo que o terreno poderia ser comprado, mas não seria doado. Ela relatou que soube, através de Pedro, que estava tudo certo para que essa doação fosse feita, mas, depois que foi lançada a campanha de um pré-candidato, o projeto foi realmente abortado e, se o governo do Estado quiser construir aqui em São José, será necessário comprar, o que leva a prejuízo aos alunos, que precisam de um olhar atento do governo do Estado e do governo municipal também. Que gostaria de saber como está o índice de educação no município de São José de Mipibu, já que esses dados não estão divulgados em qualquer lugar. Pontuou que a gestão Dantas no município já dura 10 anos e as escolas que fecharam, devido ao baixo número de alunos, também possuíam uma gestão inadequada e exemplificou com o trabalho da Vereadora Silvânia, que, quando à frente da direção da Escola Pau Brasil, o índice de alunos aumentou, pois ela soube buscar melhorias. A vereadora Silvânia pediu um aparte e ressaltou que não sabe o porquê dessas escolas terem sido fechadas, mas que não pode dizer que não houve incentivo da secretaria de educação e do prefeito, até porque muitas escolas foram reformadas. Também disse que acreditava que todos os diretores lutam muito e se doam

integralmente em seus deveres, e, que, enquanto foi diretora nunca faltou recurso e sempre conseguiu ter suas solicitações atendidas. Além disso, muitas escolas do município tiveram bons índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e alunos aprovados no IFRN, então não se pode falar em falta de estrutura. O vereador José Lúcio pediu um aparte e chamou a atenção, mais uma vez, ao fato de que escolas com poucos alunos contam com gastos fixos com professores, diretores, ASGs, que são despesas muito altas para serem mantidas. Além disso, algumas dessas escolas, ainda juntavam turmas de anos distintos para dar aulas em uma mesma sala, e que de forma que está não contribui para o aprendizado das crianças. A vereadora Kélia pediu um aparte e disse que é preciso descobrir o que está acontecendo em São José, pois todas as cidades da vizinhança têm aumento nos índices, exceto o nosso município. e ainda indagou sobre o que será que está acontecendo, se a causa seria a falta de fardamento. O vereador Zé Lucio pediu um aparte e comentou que era a falta de aluno, que a despesa é alta e o dinheiro que vem não é suficiente para manter a escola. O vereador Daniel pediu um aparte e ressaltou que existem secretarias com menos de dez pessoas trabalhando e que essa despesa é bem maior que a de um colégio, então não justifica o fechamento destes. E ainda completou dizendo que pode até ter quem concorde em ficar mudando as crianças de creche, mas nesses casos, as mães nunca são realmente ouvidas para opinarem sobre essas mudanças. A vereadora Silvânia pediu um aparte e disse que falta de merenda não é, pois esse recurso vem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que a prefeitura ainda presta uma contrapartida. Além disso, está ocorrendo aumento da entrada de alunos nesse período após a fase mais aguda da pandemia. O vereador Jean pediu um aparte e disse não querer entrar no mérito do que ocorreu para o projeto de construção do IERN não ter ocorrido, mas que o município fez sua parte em oferecer um terreno próximo a UPA e nesta Casa foi aprovado o projeto de doação do terreno citado, porém o governo do Estado não aceitou o local devido a falta de visibilidade e viabilidade. A vereadora Verônica retomou a palavra e relatou que, após a aprovação da doação do primeiro terreno e a negativa do Governo Estadual, ainda foram oferecidos mais dois outros terrenos próximos ao primeiro, um deles em uma RN, mas eles queriam construir em uma BR. A vereadora ainda indagou se uma RN não teria a visibilidade e viabilidade necessárias para tal projeto. A vereadora Kélia pediu um aparte e disse que para esclarecer essa situação seria bom convidar Pedro e a equipe do governo para vir à Casa sanar as dúvidas que existem. A vereadora Verônica retomou a fala e explicou que qualquer aluno, do Estado ou não, pode se inscrever no processo seletivo do IERN e, se passar, entra para estudar na instituição. Dessa forma, a escola não é do município de São José de Mipibu, mas sim regional e pertence ao Estado do Rio Grande do Norte. Sendo assim, apesar de muito se cobrar do município condições para que esta escola seja instalada, e é interesse de todos que isso aconteça, não é uma responsabilidade da prefeitura cuidar disso e encerrou suas palavras. ORDEM DO DIA: No momento em que a Presidente pôs em discussão o Pôno o Projeto de Lei nº 013/2022-GP/PMSJM que “Institui a contratação temporária e excepcional de prestadores de serviços, em razão da necessidade e urgência nos serviços constitucionais abaixo elencados.”, de autoria do Poder Executivo Municipal, acompanhado dos pareceres das comissões, inclusive com o estudo de impacto financeiro, o vereador Daniel Ferreira Caldas apresentou pedido de vistas em relação à citada proposição, tendo a Presidente atendido o seu pleito e retirado a proposição da ordem do dia. Em seguida, a Presidente pôs em discussão e votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 05/2022 que “Dispõe sobre a modificação do Anexo II Lei Complementar nº 008/2010 na forma que indica e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo Municipal, acompanhado dos pareceres das comissões, inclusive com o estudo de impacto financeiro, tendo a proposição sido aprovada, EM PRIMEIRO TURNO. Dando continuidade, a Presidente pôs em discussão e votação as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 016/2022-GP/PMSJM que “Altera o art. 63 da Lei nº 1.074/2014 e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo Municipal; Requerimento nº 101/2022 que solicita a "Construção de uma quadra de esportes na comunidade da Boa vista.", de autoria da vereadora Maria Ducineide Rodrigues da

Silva; Requerimento nº 102/2022 que solicita a "Criação de um aplicativo para denunciar maus tratos aos animais deste município.", de autoria do vereador Daniel Ferreira Caldas; Requerimento nº 103/2022 que solicita a "Estudos para criação de duas matérias para iniciar no ano de 2023 na Escolas municipais, sendo elas: Empreendedorismo e Educação Financeira.", de autoria do vereador Daniel Ferreira Caldas; Requerimento nº 104/2022 que "Reitera o Requerimento Nº288/2021 que solicita a construção de um prédio com, canil, gatil, uma área veterinária e área de isolamento para os animais que precisam de cuidados especiais, para que seja instalado um abrigo para animais abandonados ou que sofreram maus tratos, com toda estrutura de equipamentos e veterinários e etc... Neste município", de autoria do vereador Daniel Ferreira Caldas; Requerimento nº 105/2022 que "Solicita a presença de Agentes de Combate às Endemias principalmente nas áreas rurais deste município de São José de Mipibu.", de autoria do vereador Luiz Manoel da Costa; Requerimento nº 106/2022 que requer o "Serviço de tapa buracos das Rodovias Estaduais: 002 (Rua Pedro Ferreira, Centro, até chegar a RN 316 Estrada de Laranjeiros dos Cosmes), RN 315 (São José de Mipibu/Vera Cruz) e a RN que liga São José de Mipibu a Parnamirim, via povoados do Mendes e Japecanga", de autoria da vereadora Verônica Senra da Silva; Requerimento nº 107/2022 que Reitera o "requerimento 204/2021 que solicita ao Prefeito municipal organização e melhorias para os moto-taxistas do nosso município", de autoria do vereador Kericlis Alves Ribeiro Junior; Requerimento nº 108/2022 que Reitera o "requerimento 241/2021 que solicita ao Prefeito municipal atualização e manutenção do site oficial da prefeitura", de autoria do vereador Kericlis Alves Ribeiro Junior; Requerimento nº 109/2022 que Reitera o "requerimento 205/2021 que solicita ao Prefeito municipal regularização das ruas e avenidas do nosso município com colocação de placas de identificação", de autoria do vereador Kericlis Alves Ribeiro Junior, tendo todas as proposições sido aprovadas, por unanimidade. Como nada mais havia a tratar, a Presidente declarou encerrada a presente sessão ordinária, determinando que se lavrasse a presente ata para posterior discussão e votação, ficando outra sessão ordinariamente marcada para o dia 31 de maio do corrente ano, às 10 horas, e encerrou a sessão. Sala das Sessões da Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN, 24 de maio de 2022.

Caia Simone Gomes de Lima
Jose Marcos do Nascimento

Jose Marcos do Nascimento